

# 6

## O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COMO INSTRUMENTO DE RESSIGNIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NO QUILOMBO DE TIJUAÇU

Andréia Santos Carvalho  
Denise Oliveira e Silva

# O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COMO INSTRUMENTO DE RESSIGNIFICAÇÃO DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NO QUILOMBO DE TIJUAÇU

## RESUMO

A fome e a insegurança alimentar são problemas que atingem milhares de pessoas, no mundo. Na América Latina e no Caribe, existem 71 milhões de famintos, sendo os afrodescendentes um dos grupos mais afetados por esta situação. No Brasil, cerca de 10 milhões de famílias não possuem renda suficiente para garantir a segurança alimentar. Nas comunidades tradicionais quilombolas constata-se uma grave situação de insegurança alimentar, relacionada à constante ameaça ao domínio e preservação dos seus territórios e ao precário acesso às políticas públicas. Nesse contexto, é prioritária a implementação de ações políticas que possibilitem o desenvolvimento da economia solidária, promoção da saúde e educação com valorização da cultura, direcionadas a erradicar os fatores condicionantes da insegurança alimentar no país, principalmente dos grupos mais vulneráveis. O Programa de Aquisição de Alimentos é um forte aliado neste aspecto, pois faz parte da Resolução 38/2009, do FNDE, estabelecendo que 30% da aquisição de gêneros alimentícios da alimentação escolar devem provir da agricultura familiar de comunidades tradicionais. O estudo analisa as percepções simbólicas e sociais relacionadas à oferta de alimentos da produção da agricultura familiar ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, por meio da implantação do Programa de Aquisição de Alimentos, como estratégia de promoção a segurança alimentar e nutricional, no Quilombo de Tijuacu, Senhor do Bonfim, Bahia. Utilizou-se a abordagem etnográfica e seus instrumentos. Os resultados mostram os significados da segurança alimentar para a comunidade, que concebe e valoriza o alimento “natural” da terra como fonte de sobrevivência e de promoção do desenvolvimento local. Mesmo com as dificuldades, o Programa Nacional de Alimentação Escolar é visto como uma possibilidade de grandes transformações, à medida que promoverá renda aos agricultores familiares e uma alimentação escolar saudável para os alunos.

**Palavras-chave: Alimentação:** Alimentação escolar; Segurança alimentar; Agricultura sustentável; Grupo de ancestrais do continente africano.

## INTRODUÇÃO

A alimentação se constitui em algo complexo, pois ela não serve apenas para satisfazer as necessidades nutricionais e possibilitar o desenvolvimento humano, indo muito além, representando a comunhão entre os seres humanos e a própria natureza, permeada de características culturais específicas de cada grupamento humano. O direito à alimentação é um direito individual a ser garantido universal e incondicionalmente ao ser humano, mas infelizmente

muitas pessoas no mundo passam fome. Inúmeros fatores estão relacionados com a fome e, dentre eles, podemos destacar a distribuição desigual de renda, a indisponibilidade de alimentos em algumas regiões, a falta de terras e recursos para produzir, o difícil acesso aos alimentos e, ainda, o processo de produção industrial e a globalização, que introduzem uma mudança nos padrões alimentares. As consequências dessa privação de alimentos são inúmeras e afetam vários aspectos, como os econômicos e sociais, mas principalmente o biológico, com o comprometimento da saúde e do desenvolvimento humano<sup>1</sup>.

A insegurança alimentar pode ser definida como a limitação ou a incerteza de ter acesso a alimentos adequados, em qualidade e quantidade suficientes, sem que essa restrição tenha, necessariamente, afetado as condições biológicas, como, por exemplo, o desenvolvimento físico da pessoa<sup>2</sup>. Estudos têm mostrado que a insegurança alimentar é um processo contínuo, composto por uma sequência de estágios que, na maioria das vezes, se inicia como uma preocupação com a quantidade de alimentos disponíveis no domicílio para consumo e pode vir a culminar em restrição alimentar de todos os membros do domicílio, caso a situação que a deflagrou não se altere<sup>3,4</sup>. No entanto, se essa situação perdura por um longo período começa a afetar a condição nutricional e de sobrevivência, principalmente de crianças menores de 05 anos, uma vez que condiciona o seu desenvolvimento tanto físico quanto cognitivo, influenciando na incidência e prevalência de morbidade e na potencialização de riscos de contração de doenças na vida adulta<sup>5</sup>.

O problema da fome e da insegurança alimentar tem uma dimensão global e mais de 1 bilhão de pessoas no mundo, particularmente em países em desenvolvimento, não têm alimentos suficientes para a satisfação das suas necessidades nutricionais básicas. A FAO constatou que, entre os grupos mais afetados, estão os afrodescendentes e os indígenas.<sup>6</sup> A pobreza é considerada a maior causa da insegurança alimentar, pois dificulta o acesso aos alimentos e aos meios de produção, como a terra e a água, impedindo o cumprimento de um direito humano básico, que é a alimentação<sup>7</sup>.

Os afrodescendentes encontram-se incluídos nos 4% mais pobres da sociedade brasileira e 57% das famílias quilombolas hoje pertencem à classe social E.<sup>8</sup> Nessas comunidades é evidenciada uma grave situação de insegurança alimentar que está associada a todo o processo histórico de escravidão, exclusão social e dos atentados ao direito à vida e à integridade física, psicológica e moral. Além disso, sofrem com a constante ameaça ao domínio e preservação dos seus territórios, onde exercem suas atividades de subsistência e com o precário acesso as políticas públicas propriamente ditas, por conta da sua invisibilidade social e estatística<sup>9</sup>.

Estudo com comunidades quilombolas em Santarém, no Pará, identificou

que essas comunidades reconhecem que estão em situação de insegurança alimentar e consideram como fatores causais de maior relevância para esta situação a falta de posse da terra, a marginalidade e o analfabetismo, que podem influenciar o estado nutricional das coletividades pela forma como se dão a oferta e a disponibilidade, o acesso e o consumo dos alimentos<sup>10</sup>.

No Brasil, desde a década de 30, várias políticas de alimentação e nutrição foram implementadas, com o intuito de reduzir as diferenças sociais e enfrentar o problema da fome, que é a principal expressão da insegurança alimentar, e com a finalidade de articular programas e projetos que modificassem as condições de nutrição e assegurassem o direito humano à alimentação adequada a toda a população brasileira, com atuação integrada de outros setores<sup>11</sup>.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é o maior e mais antigo programa de alimentação e nutrição do país e tem por objetivo atender as necessidades nutricionais dos alunos, mediante a oferta de suplementação alimentar durante sua permanência em sala de aula, pela transferência direta de recursos federais, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O PNAE beneficia 45,6 milhões de estudantes da educação básica<sup>12</sup> e estima-se que, deste total, 129 mil sejam crianças quilombolas atendidas pelo Programa e que a alimentação escolar represente sua única refeição diária<sup>13</sup>.

Esse programa, em relação às comunidades tradicionais apresenta como especificidade o maior valor per capita dos recursos repassados, valendo ressaltar que a resolução 38/2009 do FNDE, estabelece que, no mínimo, 30% dos recursos federais transferidos sejam utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diversificados, diretamente da Agricultura Familiar, priorizando as comunidades tradicionais.<sup>12</sup> Essa aquisição é possível através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que possibilita a compra direta, sem a necessidade de licitação, além de promover e ampliar a inserção socioeconômica dos agricultores familiares, através da geração de empregos e renda e de proporcionar segurança alimentar e melhores condições de vida<sup>14</sup>. Dessa forma, o PNAE é visto como uma estratégia capaz de contribuir para a redução da insegurança alimentar dessas comunidades.

Este estudo procurou analisar as percepções simbólicas e sociais relacionadas à oferta de alimentos de produção da agricultura familiar, ao PNAE, por meio da implantação do PAA como estratégia de promoção da segurança alimentar e nutricional (SAN), na comunidade quilombola de Tijuaçu, Senhor do Bonfim, Bahia, Brasil.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste trabalho foi utilizada a abordagem etnográfica e seus instrumentos, como a técnica de observação participante, os diários de campo e as entrevistas em profundidade, que conduzem a uma descrição densa dos fenômenos no campo do social, do simbólico e da cultura, possibilitando ao investigador compreender as práticas culturais dentro de um contexto social mais amplo, estabelecendo as relações entre fenômenos específicos e uma determinada visão de mundo. Para isso, o pesquisador deve considerar o real em suas diferentes manifestações e dar conta das áreas que constituem a totalidade da vida social cotidiana dos sujeitos e os pontos de vista e opiniões expressas que impulsionam suas ações<sup>15</sup>.

Praticar a etnografia é descrever densamente, ou seja, retirar, através de um peneiramento acurado, grandes interpretações de fatos extremamente pequenos, mas fortemente entrelaçados e apoiados no papel da cultura, na constituição coletiva e individual<sup>16</sup>. Ela tem como uma de suas principais características a busca pelo significado do evento. Para tanto, ela exige um refinamento extremo dos dados que estão sendo coletados. O pesquisador, ao utilizar esse método, não visa procurar diretamente respostas às suas indagações mais profundas, mas colocar as respostas fornecidas pelos informantes à disposição do estudo.

A observação participante é um procedimento metodológico que se caracteriza por um período de interações sociais intensas entre o pesquisador e os sujeitos estudados, no meio destes<sup>17</sup>. Essa observação deu-se em diferentes momentos: nas reuniões da Associação, nas manifestações religiosas, na feirinha local, na escola e no dia a dia da comunidade.

### A comunidade Quilombola de Tijuaçu

A comunidade tradicional remanescente do Quilombo Tijuaçu está localizada a 23 km da cidade de Senhor do Bonfim – Bahia, sede do município, cuja população é de aproximadamente 76.000 habitantes<sup>18</sup>, localizado às margens da BR 407 (Feira de Santana – Juazeiro), a 375 km de Salvador, na região norte do Estado.

Segundo relatos, esse quilombo foi fundado na primeira metade do século XIX, quando negros fugidos do Recôncavo passaram a viver nessa localidade. Mariinha Rodrigues, para os moradores mais velhos, é considerada a escrava fugida iniciadora de toda essa trama, que, com sua sabedoria, constituiu família e ocupou todo o território com seus filhos e netos.

O distrito de Tijuaçu tem interação territorial com três municípios – Senhor

do Bonfim, Antônio Gonçalves e Filadélfia, e é formado por 14 povoados. Está localizado numa região seca, com vegetação característica de caatinga arbórea aberta.

Tijuaçu foi reconhecido como remanescente de quilombo em 1998 e, em 2001, foi fundada, sua Associação Agropastoril Quilombola de Tijuaçu e adjacências. A economia do distrito corresponde ao que é produzido na agricultura de subsistência, com o cultivo da mandioca, do milho, feijão, de algumas frutas e a criação de animais de pequeno e médio portes. Parte do que é produzido é comercializado nas feiras livres em Senhor do Bonfim e no próprio distrito.

É uma comunidade de fácil acesso e bastante organizada, que possui igrejas, escolas públicas, pequenos comércios de descendentes de portugueses e uma unidade de saúde. A vila não possui terreiros de Candomblé, apenas em um dos povoados.

A família é sinônimo de união e de respeito para a comunidade quilombola de Tijuaçu. Geralmente, o núcleo familiar é composto pelos pais, filhos, e às vezes pelos netos. O comando da família é responsabilidade tanto do homem quanto da mulher, mas esta é quem domina realmente, pois com ela está o cuidado com a casa, com os filhos, com a alimentação.

São pessoas que pertencem à 4ª geração dos negros que fugiram da escravidão, no início do século XIX. A presença negra está na pele, nos rostos e no corpo dos moradores de Tijuaçu. Encontram-se pessoas que se orgulham de ser negros, que têm sua autoestima elevada, após tantos anos tentando esconder suas origens raciais, por sofrerem com a discriminação. São, em sua maioria, adultos jovens, mas há uma parcela significativa de idosos que alcançam seus 90 anos; jovens, mulheres e crianças, que, unidos por parentescos e por ideais, transmitem a história e reproduzem os ensinamentos deixados por seus ancestrais.

## **Primeiras aproximações**

O trabalho de campo foi iniciado com o envio de uma carta da pesquisadora responsável pelo Projeto à Associação Agropastoril Quilombola de Tijuaçu, com descrição dos objetivos da pesquisa e a forma de abordagem para sua execução. Em seguida, foi realizada uma reunião com a comunidade, para apresentar o projeto e convidá-la a participar do estudo. A abordagem etnográfica da pesquisa foi realizada entre fevereiro e julho de 2010.

Os informantes-chaves foram identificados, inicialmente, na comunidade, pelo contato com as lideranças políticas, culturais e das escolas. Os sujeitos sociais selecionadas foram aqueles que detinham os atributos que se pretendia

conhecer e que tinham alguma relação com a comunidade, como os produtores rurais e a comunidade escolar<sup>19</sup>.

As entrevistas em profundidade foram realizadas em local, data e horários previamente agendados, com a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foi utilizado um roteiro semiestruturado, contendo questões norteadoras que tem sua origem no problema de pesquisa, apoiado em teorias e hipóteses relacionadas à segurança alimentar, identidade quilombola e políticas públicas direcionadas aos remanescentes do quilombo. É um tipo de entrevista flexível, não havendo sequência pré-determinada de questões e parâmetros de respostas. Fluiu livremente, a partir de um tema amplo, sendo aprofundada de acordo com os aspectos significativos identificados pelo entrevistador, utilizando como referência o conhecimento, a percepção, a linguagem, a realidade e a experiência do entrevistado<sup>20</sup>.

Considerando que a fala tem significado direto, literal e explícito, deu-se voz aos produtores rurais, aos membros do núcleo familiar central e ampliado na comunidade, chefes de família de ambos os sexos, estudantes das escolas quilombolas, mães e donas de casa, lideranças comunitárias, jovens e representantes do poder público local, totalizando 14 pessoas que deram sua contribuição no desenvolvimento desse trabalho.

Para registrar os dados, foi utilizada a gravação em mídia digital e o diário de campo, um elemento bastante utilizado nas visitas à comunidade, para registrar os acontecimentos, antes, durante e após a atividade, protegendo a fidedignidade e oferecendo maior segurança à fonte.

Após cada encontro, houve a transcrição imediata, cuidadosa e fidedigna dos diálogos em meio digital, a fim de aproveitar melhor o conteúdo, pois o ambiente, as respostas e a contextualização estavam mais vivos na memória e as inferências e as análises puderam ser imediatas.

Para delimitar a suficiência dos dados e encerrar essa etapa, foi utilizado o ponto de saturação, quando se considerou que as informações se tornaram reincidentes e deram mostras de exaustão. A escolha do ponto de saturação depende de critérios como a sensibilidade teórica do pesquisador, aliada à integração dos dados com a teoria, configurando os limites de observação da realidade<sup>21</sup>.

Após a leitura exaustiva de todas as entrevistas foram identificadas as expressões-chaves de cada discurso, a formulação das ideias centrais e descrição dos significados.<sup>22</sup> Foram assim estabelecidas as categorias/significados, que são as expressões adequadas para representar os depoimentos. A submersão nos conteúdos possibilitou o aprofundamento e a compreensão analítica, que estimularam a identificação dos significados/categorias de cada fala, a fim de aproveitar a riqueza dos dados. Os significados tornam os depoimentos e demais

discursos equivalentes, porque expressam a mesma ideia. Minayo<sup>19</sup> afirma que, nessa fase, é preciso compreender que os dados não existem por si só, eles são construídos a partir do questionamento que fazemos sobre eles, com base nos fundamentos teóricos.

Procurando uma visão mais realista do contexto estudado, foi utilizada a perspectiva de análise hermenêutica-dialética, que é a mais capaz de dar conta de uma interpretação aproximada da realidade. Essa metodologia coloca a fala em seu contexto, para entendê-la a partir do seu interior e no campo da especificidade histórica e totalizante em que é produzida<sup>19</sup>.

Os aspectos éticos foram contemplados em conformidade com o item IV da resolução do Conselho Nacional de Saúde 196/96, do Ministério da Saúde (MS), para pesquisa em seres humanos.<sup>23</sup> O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães, sob o parecer nº 72/2009, em 15 de dezembro de 2009.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Durante o período de estudo, através da observação do cotidiano dos quilombolas, das suas falas e gestos, pudemos chegar a um conhecimento o mais próximo possível da sua realidade, através das representações que a pesquisa qualitativa nos possibilita, apreendendo a dimensão histórica e prática com a qual estas se elaboram e conseqüentemente o papel do PNAE na promoção da segurança alimentar.

### **Aspectos simbólicos da produção de alimentos no PNAE na comunidade quilombola de Tijuaçu**

A comunidade quilombola de Tijuaçu sempre enfrentou várias dificuldades para garantir a sua sobrevivência. Seus integrantes tiveram inicialmente que fugir da escravidão e se refugiar em algum lugar onde pudessem viver em “liberdade”, enfrentaram secas severas e a fome, foram obrigados a conviver com a exclusão social e o racismo e hoje encaram sérios problemas para garantir a perpetuação da sua cultura agrícola, a agricultura tradicional familiar.

O Quilombo de Tijuaçu situa-se numa região do semiárido, de clima seco, solo de baixa capacidade de infiltração, sendo a estação seca a mais prolongada de todas, em que a taxa de precipitação pode cair a níveis baixíssimos; os rios são intermitentes, o que dificulta o desenvolvimento da agricultura e da pecuária e dá origem à sua paisagem típica, a caatinga. A fome e a seca sempre foram



problemas enfrentados pelos negros de Tijuacu. As principais secas ocorreram nos anos de 1900 e 1932. Foram anos de seca e de muita fome, “fome de arriar a barriga, de todos caírem fracos”. A seca era grande demais “e só tinha aqueles espinhos pequeninhos, que quando encaixa na roupa pra tirar é difícil”. Muita gente morreu de fome neste tempo, pois ninguém sabia o que era farinha, “não conhecia nada, precisando sair atrás de pedir”.

O racismo sempre foi um elemento de presença constante na comunidade, que foi intensificado na década de 40 do século XX, com a chegada de descendentes de portugueses, que queriam dominar as terras. A comunidade enfrentou um racismo intenso, no qual um branco não podia sequer conversar com um negro, muito menos pensar em casamento. Uma quilombola de 93 anos diz que “hoje, apesar de tudo misturado, o branco ainda tem carrancismo com o negro”. A comunidade relata que a discriminação de décadas atrás não está mais da mesma forma, diminuiu, mas eles ainda sofrem de preconceito no comércio em Senhor do Bonfim, seja para conseguir emprego ou para comprar, como deixa claro o depoimento da quilombola de 42 anos: “Eu sinto discriminação. [...] Em Bonfim, muitas coisas eles querem entrar na discriminação, tanto faz pela cor como pela condição financeira, [...] ainda hoje tem, mas não tá como antes não [...]”.

Os problemas são inúmeros e são reconhecidos pela sociedade brasileira, que muitas vezes adotou soluções paliativas, sem impacto. O maior problema para a comunidade de Tijuacu, atualmente, é a dificuldade para plantar. Eles citam, como os principais obstáculos, o alto custo da produção e a dificuldade de escoamento, a ausência de incentivos agrícolas, as mudanças climáticas e a não regularização das terras quilombolas. A regularização das terras é apontada, pelos descendentes de escravos, como o maior impasse para a produção agrícola, visto que é a terra que propicia as condições de permanência, de referências simbólicas importantes, enfim se constitui em um suporte para a manutenção do seu modo de vida.

Assim como nas demais comunidades tradicionais, no Quilombo de Tijuacu, a principal atividade econômica é a agricultura tradicional familiar. Essa comunidade, há tempos, produzia o bastante para suprir, praticamente sozinha, a feira de Senhor do Bonfim e do próprio distrito. No entanto, segundo os relatos nas entrevistas, as transformações ocorridas no país resultaram em mudanças no ritmo interno dessa comunidade. Subordinados às regras impostas pelo capital no campo, estes pequenos agricultores encontram-se desestimulados a plantar, embora confiantes que, superando as dificuldades, são capazes de produzir como outrora, pois “a roça é uma mãe, se você tiver fome e for na roça, você traz comida pra dentro de casa”.

O universo da roça não é apenas uma identificação geográfica, mas uma

produção política e cultural, em que seus moradores estabelecem, a partir da relação espaço – tempo, uma lógica que mistura sentimentos, imaginação, fatos naturais que se sobrepõem à lógica cartesiana racionalista na delimitação de limites e fronteiras, forma de ser e de estar como sujeitos sociais. Mudanças de hábitos, na forma de se relacionar com a natureza, com os outros e com o mundo vêm ocorrendo cotidianamente na roça, mas sem favorecer uma ruptura no tempo e no espaço<sup>24</sup>.

Diante de tantos problemas enfrentados, os agricultores familiares, desanimados, estão analisando muito bem antes de fazer o plantio. Essa situação acaba alimentando o descrédito do homem do campo com a terra e esse sentimento passa a ser vivenciado por toda a família, principalmente os jovens, que seriam a garantia de perpetuação das tradições agrícolas. Esse descrédito acaba gerando repúdio e contribuindo para, quem sabe, o fim da roça, visto que o agricultor de hoje não terá condições de manter a atividade na roça por toda a vida, necessitando de sucessores jovens. “Meus filhos vão, mas não vão de bom grado. Não é um trabalho que eles gostam. A turma nova de hoje não quer saber de roça não. Tem que estudar pra procurar uma coisa melhor, um emprego melhor. Roça vão, mas não é porque gostam não [...]”, comenta a quilombola de 57 anos.

O desestímulo dos jovens quilombolas dessa comunidade em desenvolver atividades na roça fica evidenciado em suas falas e em seu comportamento, pois se recusam a seguir as atividades agrícolas tradicionais de seus pais, por não verem nas mesmas a valorização que desejam e a obtenção de renda que necessitam. Os jovens estudam, sonhando em ter um trabalho bom, ter a vida boa.

Para um representante do governo local, a juventude, atualmente, não tem mais encantamento pela roça e nem vocação para usar os seus produtos, e isso acaba não dando o retorno esperado. Essa “Era” de globalização, de tecnologia da informação gera um desencantamento da juventude pela roça, criando a ilusão de que as oportunidades e as condições de vida do mundo externo ao seu são fáceis, não se atentando para necessidade de uma qualificação diferenciada para encarar uma sociedade que ainda mascara o preconceito e a discriminação. Afirma que essa situação pode ser justificada pelo modelo de ensino genérico, sem muita aplicabilidade na vida prática. Por isso, sugere que o ensino deve ser feito em fases, levando em consideração a contextualização ao qual está inserida cada comunidade.

Entretanto, essa situação de desestímulo do homem do campo em plantar começa a mudar, a partir do conhecimento de uma proposta que viria a solucionar parte dos problemas relacionados com a produção. Com a resolução 38/2009 do FNDE, o PNAE possibilita a inserção social de agricultores

familiares, principalmente de comunidades tradicionais, através do PAA com a compra direta dos alimentos produzidos pelos pais, para serem consumidos por seus filhos na alimentação escolar. Dessa forma, o PNAE é visto como uma estratégia capaz de contribuir para a redução da insegurança alimentar, à medida que não se limita apenas a atender a clientela inserida na escola, mas pensa na condição de sobrevivência das famílias desses estudantes, que, às vezes, nem essa refeição têm garantida.

“Era bom demais se tivesse um programa que garantisse a compra desses alimentos sem atravessadores e com preço bom. Até eu ia trabalhar desse jeito”. Esse depoimento, de uma quilombola de 42 anos, deixa explícita que os Tijuenses acreditam que um Programa estruturado nessas condições seria de grande benesse para a comunidade.

O PAA é um instrumento de política pública que contribui para o desenvolvimento econômico local, por promover a inclusão social no campo, através do fortalecimento da agricultura familiar. O Programa funciona adquirindo os alimentos destes agricultores sem a necessidade de licitação, pagando preços bem melhores que os praticados nos mercados regionais. O agricultor planta já com a garantia de que seu produto será comprado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Além disso, o PAA destina os alimentos adquiridos às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais e demais cidadãos em situação de risco alimentar.

A possibilidade da existência de um Programa, como o PAA, que garantisse a compra dos seus produtos, foi vista com boas perspectivas pelos integrantes do quilombo. Os agricultores disseram que se sentiriam estimulados a plantar, pois os riscos da atividade produtiva estariam minimizados e teriam, principalmente, a certeza de renda para complementar as suas necessidades, que a roça sozinha não é capaz de suprir, amenizando, assim, o problema da insegurança alimentar e nutricional. Eles reconhecem que um programa assim contribui para a distribuição de renda, assegura a circulação do dinheiro na economia local e favorece a preservação da cultura alimentar regional. Vieira e Viana<sup>25</sup> acrescentam que o PAA ainda colabora para a exploração mais racional do espaço rural e é um incentivo à agrobiodiversidade.

Para os quilombolas do Tijuacu, a alimentação escolar é de extrema importância, pois representa a retomada da credibilidade em plantar e ter assegurado a venda de seus produtos por um preço justo, sem interferência dos atravessadores. Ela também é vista como um instrumento de promoção de segurança alimentar e nutricional dos alunos e de suas famílias, além de uma possibilidade de perpetuação cultural deles, com a inserção de alimentos típicos da sua cultura e produzidos por eles, mas também um espaço de inserção do

novo, do diferente daquilo que é servido em casa. No entanto, para eles, não basta apenas servir os alimentos, mas se deve ter um cuidado todo especial na produção destes, para que, além de alimentar, contribuam para a manutenção de uma boa saúde.

### **A produção de alimentos ressignificada no PNAE: alimentos tratados e não tratados**

O ato de comer, no contexto do semiárido baiano, é resultante de um conhecimento prévio, que se configura como estratégia de sobrevivência, no conjunto das ações vividas. Essas estratégias representam a prioridade racional da manutenção da saúde da unidade familiar do semiárido.<sup>26</sup> De acordo com as análises dos depoimentos, percebe-se que o alimento é algo muito importante para os quilombolas de Tijuacu, visto que é dele que provem sua sobrevivência. Mas, para eles, não pode ser consumido qualquer tipo de alimento, tem que ser alimento que tenha o cheiro, a cor, o sabor puro da natureza, nada modificado pelo homem, enfim, que mantenha as características do natural, do saudável, para garantir uma boa saúde. O natural refere-se a tudo que já é dado pela natureza, inerente à espécie humana e dotado de caráter universal<sup>27</sup>.

Segundo a perspectiva acadêmica, o alimento natural seria aquele que não foi mudado, de qualquer forma significativa, pelo contato com humanos. Ele pode ser colhido, transportado, mas tem sua essência quimicamente idêntica ao mesmo item em seu lugar natural<sup>28</sup>. Para a legislação brasileira, o alimento *in natura* é todo alimento de origem vegetal ou animal, para cujo consumo imediato se exija, apenas, a remoção da parte não comestível e os tratamentos indicados para a sua perfeita higienização e conservação<sup>29</sup>. O alimento natural, para os consumidores que não são especialistas no assunto, é conceituado como aquele alimento bruto, percebido como saudável desde que não tenha sido cultivado com o uso de produtos químicos, e que não passou por processo de industrialização, e por isso é considerado mais saudável<sup>30</sup>.

A importância da alimentação para uma boa saúde é uma das noções mais antigas e mais significativas na cultura material humana. O conceito de alimentos saudáveis carrega com ele significados morais, religiosos, políticos e até mesmo significados que vão muito além da mera alimentação. Para muitos, a seleção do que se deve comer está muito aquém da questão saúde, pois sua condição financeira limita muito a escolha. Para aqueles que vivem além da margem da pobreza, a seleção do que devem comer é profundamente revelador de atitudes culturais e da relação do corpo com o que entra nele<sup>31</sup>. É a cultura que molda a seleção alimentar em seu sentido mais amplo, pois, muitas vezes,

o consumo deste ou daquele alimento está relacionado às crenças que foram construídas por uma sociedade, ao longo da história, as quais nem sempre se utilizam da ciência ou da razão<sup>30</sup>.

A religião tem forte influência sobre esse aspecto. Regras dietéticas estão presentes na Bíblia, no Levítico e no Deuteronômio, que conforme suas leis estabelecem que certos alimentos devam ser consumidos e outros evitados, pois assim a pessoa teria uma vida em abundância e seria santo diante do Senhor<sup>27</sup>.

Os quilombolas têm muita preocupação com os alimentos que vêm de “fora” da comunidade, pois fogem do seu olhar, do seu cuidado. O alimento de “fora” não é considerado natural, pois o homem engajado no modo de produção capitalista busca alternativas tecnológicas que favorecem uma produção com menor custo/benefício, visando sempre uma margem de lucro assustadora, sem mesmo se questionar sobre as consequências desse desenvolvimento, tanto para a natureza como para a própria saúde humana. O alimento que não provém do ambiente deles é condenado pelos quilombolas, que prezam por uma agricultura familiar orgânica, natural, justamente porque os latifúndios da agricultura patronal, usam grande quantidade de agrotóxicos, que trazem imensos impactos ambientais e à saúde.

A gente tá adoecendo é porque esses alimentos tão tudo doente. Pra você ver que esse povo da época de minha mãe, mais pra trás não tinha essas doenças que tá tendo hoje. [...] É porque essas coisas que vem de lá de fora, de regração, tudo com remédio, não adianta não. Agora a nossa é saudável. (Entrevista com Quilombola feminina, 42 anos).

A quilombola de 59 anos alega que seu pai faleceu com 97 anos e não tinha problemas cardíacos como hipertensão e hipercolesterolemia, pois, mesmo com essa idade, comia todo tipo de comida, fosse rica em açúcar, gordura ou sal, mas era tudo que vinha da roça, que tinha o cuidado especial deles, que era natural.

Minha filha, tendo aqui na roça é bom. Melhor ter da roça, porque alimento sadio, porque hoje em dia tudo o que a gente come é droga né? Até a água que é pra gente beber do pote, você vê que ela vem com droga e na roça, se Deus dá, ele vem sadio, suado, não vem com veneno nenhum. Então pega o filho da gente, o neto vai pra roça, quebra melancia lá pra gente chupar, bichinho chupa a granel [...]. (Entrevista com Quilombola feminina, 59 anos).

As indústrias recorrem ao apelo do “natural” para manter uma conexão do alimento com a natureza, do ponto de vista do consumidor, tentando contornar a crítica que o mesmo faz aos produtos industrializados, considerando-os

insípidos, sem sabor, descaracterizados, entre outros. Geralmente as pessoas analisam os produtos industrializados como piores do que os produtos naturais, provavelmente porque a industrialização provocou a perda das referências e pela associação do uso de recursos como os hormônios, pesticidas no campo, os antibióticos, aditivos químicos e ingredientes adicionados<sup>30</sup>.

A indústria alimentar, desde o pós-guerra, orientou sua trajetória produtiva contra a natureza e a favor da urbanização. Contra a natureza, transformando as matérias-primas perecíveis em produtos industriais não perecíveis, com constante evolução dos métodos de conservação, sempre a favor da urbanização, que reduz o tempo destinado ao consumo alimentar, necessitando de um alimento que seja rápido, de fácil preparo e duradouro, com a utilização de insumos físico-químicos. Com tudo isso, esse alimento acaba se tornando “não tratado”, pois sua composição natural foi modificada e foge do conhecimento daqueles que realmente vão consumi-los, sem saber ao certo quais as implicações que essas “comidas da cidade” podem trazer. Para os quilombolas, esse tipo de comida é responsável pela gama de doenças que atualmente estão matando muito mais. Já a comida “tratada”, que eles veem crescendo ali na terra, que eles plantaram, colheram e guardaram, que sabem como é, essa sim, é sinônimo de saúde e prosperidade. Existe a associação entre o caseiro, o familiar, como sendo mais saudável e conseqüentemente, natural.

Para os meninos também seria melhor, porque saindo daqui seria natural, não é? E desses outros lugares não. Vem como veneno, com tóxico, e o da roça não, dá roça seria natural, não era? Por isso que as pessoas estão adoecendo mais, pelo que eu vejo passar na televisão, que esses alimentos que vem de fora, desses outros lugares vem cheio daqueles venenos, daqueles tóxicos que eles botam pra combater as pragas, pra o alimento aumentar, eu acho mais doente. Ai como essa frutinha ai [aponta para o pé de acerola, que estava carregado de frutos], ai bota como Deus quer. Choveu, botou, amadurece, cai do pé e nunca viu um tiquinho de veneno ai. Ai está natural. (Entrevista com Quilombola feminina, 33 anos).

Mesmo com o *boom* que a propaganda alimentar introduz, que possui um caráter alienador e valorizador dos alimentos considerados sedutores e perfeitos, os agricultores familiares do quilombo de Tijuacu insistem em afirmar que não possuem o valor, a energia, o equilíbrio e a pureza que o alimento natural da terra tem:

Os de lá de fora não tem não. O feijão maduro de lá de fora, com os caroços deste tamanho, bota no fogo e ele cozinha, mas não tem uma isca de força, é só aquela palha. Você come aquelas goiabas

de lá e não tem a cor dessas daqui do quintal. Não tem o valor que tem o da gente, que é tudo natural. (Entrevista com Quilombola feminina, 42 anos).

A ausência de capital, tanto econômico quanto cultural, leva à priorização da função do alimento e não da forma, e assim, os indivíduos com restrições financeiras são inclinados à aquisição de alimentos que deem força e mantenham o vigor físico para as atividades diárias<sup>33</sup>.

No entanto, quando o termo natural emerge para surgir no rótulo do alimento industrializado, ele não deve ser analisado unicamente pelo prisma químico-bromatológico, pois ele vem imbricado de símbolos e representações sociais e precisa transcender os fenômenos circunscritos da ciência e preocupar-se com o espaço que a comida ocupa em mentes e corações<sup>34</sup>.

A categoria natural é suporte de uma diversidade de representações sociais, sendo representada tanto como objeto, quanto sujeito, ou seja, uma pluralidade de representações. Ela vem sendo utilizada frequentemente com significados distintos, sem discriminação, e a naturalidade dos alimentos vem ganhando várias formas: artesanal e natureza, boa alimentação, produtos sem aditivos e signo de marca comercial<sup>30</sup>.

No campo alimentar, podemos identificar pelo menos quatro saberes sobre um alimento natural, mas o que nos interessa é o saber para as tribos alimentares. O alimento natural, para eles, é definido pela origem dos produtos, remetendo à própria natureza, nascem da terra e se originam das misturas naturais, do contato com a matéria-prima, com o calor e a pressão das mãos. Não são considerados naturais os alimentos industrializados, que sofrem interseção de máquinas, agrotóxicos e força de trabalho. Quanto mais longe da terra e das mãos o alimento, menos natural ele é<sup>35</sup>.

A etnomedicina, hoje em dia, busca desvendar as crenças associadas a alimentos ou às formas pelas quais os grupos ou sociedades os classificam no tocante a aspectos da nutrição e saúde. Por muito tempo os pesquisadores não desenvolveram o interesse por estudar questões relacionadas aos alimentos fora do âmbito biológico. Somente a partir do século XIX os estudos começaram a analisar as implicações históricas. Os enfoques nutricionais não são suficientes para explicar a alimentação na sociedade industrial. Na verdade, trata-se de uma inadaptação nutricional, pois os padrões alimentares contemporâneos são antes de uma sociedade tipicamente agrícola. A produção contemporânea de alimentos demonstra que a indústria e o consumo criaram alimentos-signo, cuja ingestão corresponde à introdução em nosso corpo biológico, de fragmentos do imaginário social<sup>35</sup>. Assim, o natural se constitui por meio de signos intercambiáveis que incorporam e reprocessam, no plano simbólico as variadas formas do natural, para torná-las equivalentes, através de uma consistência



virtual do natural, necessária para anular potenciais oposições entre produção industrial e artesanal, insumos químicos e terra<sup>32</sup>.

Enfim, é difícil estabelecer uma definição geral do que seja realmente um alimento natural, pois a separação entre ser ou não industrializado ou ter a adição de aditivos químicos não é suficiente. Mas, no caso da comunidade quilombola de Tijuáçu, o “natural” representa a valorização do alimento da terra, do campo, o trabalho do pequeno agricultor, que tem o cuidado com o alimento que garantirá sua sobrevivência. O alimento que é, antes de tudo, o reconhecimento da sua identidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PNAE, quando contempla o PAA, é reconhecido pelo quilombo como uma ação afirmativa capaz de retomar a credibilidade do homem do campo em manter sua sobrevivência com seu trabalho com a terra e com o alimento produzido por ele. Além disso, é capaz de promover a SAN das crianças da escola e de seus familiares. Os primeiros através de uma alimentação mais saudável, rica em alimentos “naturais”, produzidos na terra, contemplando os aspectos tradicionais de sua cultura, mas sem se eximir dos produtos ditos da modernidade, ou seja, as novidades desejadas pelos alunos. Para a família, a SAN é garantida através da geração de emprego e renda, que lhe proporcionam desenvolvimento e inserção social. No entanto, outros obstáculos que o PNAE não consegue sanar precisam ser superados através de ações efetivas para enfrentar o problema da exclusão social do negro no Brasil. Isso será possível a partir da realização de novas pesquisas que possam compreender as necessidades, as representações sociais, os valores culturais e simbólicos, entre outros significados dessas comunidades tradicionais.

## REFERÊNCIAS

1. Burlandy L, Costa RS. Segurança alimentar e nutricional: concepções e desenhos de investigação. In: Kac G, Sichieri R, Gigante DP. Epidemiologia nutricional. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.
2. Bickel G, Nord M, Price C, Hamilton H, Cook J. Guide to measuring household food security: revised 2000. Alexandria: Food and Nutrition Service, 2000. Disponível em: <<http://www.fns.usda.gov/fsec>>. Acesso em: 02 ago. 2009.
3. Bukhari HM, Margetts BM, Jackson A. Food insecurity in the UK: determinants and consequences. Asia Pac J Clin Nutr. 2004;13: S167. Disponível em:<<http://>



- apjcn.nhri.org.tw/server/APJCN/ProcNutSoc/2000+/2004/167.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2009.
4. Webb P, Coates J, Frongillo EA, Rogers BL, Swindale A, Bilinsky P. Measuring household food insecurity: why it's so important and yet so difficult to do. *J Nutr.* 2006; 136: 1404S-8S. Disponível em: <<http://jn.nutrition.org/cgi/reprint/136/5/1404S>>. Acesso em: 27 jul. 2009.
  5. Pelletier DL, Frongillo EA. Changes in child survival are strongly associated with changes in malnutrition in developing countries. *J Nutr.* 2003; 133: 107S-19S. Disponível em: <<http://jn.nutrition.org/cgi/reprint/133/1/107>>. Acesso em: 02 ago. 2009.
  6. Food and Agriculture Organization. Panorama da segurança alimentar e nutricional na América Latina e no Caribe em 2009: uma nova agenda de políticas públicas para superar a crise alimentar. Resumo executivo. Escritório regional da FAO para América Latina e Caribe, out. 2009. Disponível em: <[https://www.fao.org.br/download/PSANALC\\_p.pdf](https://www.fao.org.br/download/PSANALC_p.pdf)>. Acesso em: 9 nov. 2009.
  7. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Declaração de Roma sobre a segurança alimentar mundial e plano de ação da cimeira mundial da alimentação. World Food Summit; 1996.
  8. Ministério da Saúde. Política nacional de saúde da população negra: uma questão de equidade. Brasília: Ministério da Saúde; 2001.
  9. Coimbra JR, Carlos EA, Santos RV. Saúde, minorias e desigualdade: algumas teias de inter-relações com ênfase nos povos indígenas no Brasil. *Ciênc Saúde Col.* 2000; 5(1): 125-32.
  10. Silva DO, Guerrero AFH, Guerrero CH, Toledo LM de. A rede de causalidade da insegurança alimentar e nutricional em comunidade quilombola com a construção da rodovia BR 163, Pará, Brasil. *Rev Nutr.* 2008; 21(suppl): 83-97.
  11. Vasconcelos FAG. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. *Rev Nutr.* 2005; 14(4): 439-57.
  12. Ministério da Educação. Alimentação escolar. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br>>. Acesso em: 7 maio 2009.
  13. Pereira AL. Política de alimentação escolar para populações específicas: Quilombolas. Disponível em: <<http://www.rebrae.com.br>>. Acesso em: 7 maio 2009.
  14. Vieira DFA, Grossi MED. Influência do programa de aquisição de alimentos na comercialização dos produtos da agricultura familiar: o caso de três municípios do noroeste de Minas Gerais. Brasília: Universidade de Brasília; 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/883.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2010.
  15. Victora CG, Knauth DR, Hassen MNA. Pesquisa qualitativa em saúde. Porto Alegre: Tomo Editorial; 2000.
  16. Geertz C. A interpretação da cultura. Rio de Janeiro: LCT; 1989.
  17. Malinowski B. Uma teoria científica da cultura. São Paulo: Zahar; 1975.
  18. IBGE. Censo demográfico 2010. Disponível em: <[http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados\\_divulgados/index.php?uf=29](http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=29)>. Acesso em: 12 mar. 2011.
  19. Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 2. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Ucitec/ Abrasco; 1994.
  20. Duarte J. Entrevista em profundidade. Porto Alegre, mar. 2010. Disponível em:

<[www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-2062-1.pdf](http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-2062-1.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2010.

21. Fontanella B, Ricas J, Turato E. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Cad Saúde Públ.* 2008; 24(1): 17-27.
22. Lefevre F, Lefevre AMC. O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos). 2.ed. Caxias do Sul: Educ; 2005.
23. Conselho Nacional de Saúde. Resolução 196, de 10 de outubro de 1996 do Ministério da Saúde. Brasília; 1996. Disponível em: <[http://www.pucminas.br/documentos/pesquisa\\_cns.pdf](http://www.pucminas.br/documentos/pesquisa_cns.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2009.
24. Rios JAVP. Entre a roça e a cidade: discursos de identidade de alunos e alunas da roça na escola da cidade. *Na Pesq Uneb.* 2005; 1: 1-10.
25. Vieira DFA, Viana CAS. O programa de aquisição de alimentos: PAA e sua relação com o modo de funcionamento da agricultura familiar. Brasília: Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília; 2007.
26. Assis AM, Freitas MCS, Oliveira TC, Prado MS, Sampaio LR, Machado AD, et al. Bró, caxixe e ouricuri: estratégias de sobrevivência no semi-árido baiano. *Rev Nutr.* 1999;12(2): 159-66.
27. Romanelli G. O significado da alimentação na família: uma visão antropológica. *Medicina,* 2006; 39(3): 333-9.
28. Rozin P, Spranca M, Krieger Z, Neuhaus R, Surillo D, Swerdlin A, et al. Preference for natural: instrumental in ideational/moral motivations, and the contrast between foods and medicines. *Appetite,* 2004; 43: 147-54.
29. Brasil. Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília; 1969. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0986.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0986.htm)> Acesso em: 28 set. 2010.
30. Oliveira LPM, Barreto ML, Assis AMO, Braga-Junior ACR, Nunes MFF, Pussik O, et al. Preditores do retardo de crescimento linear em pré-escolares: uma abordagem multinível. *Cad Saúde Públ.* 2007; 23(3): 601-13.
31. Getz F. World of the body: health foods. Disponível em: <<http://www.answers.com/topic/health-food>>. Acesso em: 25 ago. 2010.
32. Lifschitz J. Alimentação e cultura: em torno ao natural. *Physis.* 1997; 7(2): 69-83.
33. Bourdieu PA. Economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva; 2005.
34. Carvalho MCVS. Estilos de alimentação natural. *Ceres.* 2009; 5(1): 53-6.
35. Meneses UTB, Carneiro H. A história da alimentação: balizas historiográficas. *An Museu Paul;* 1997; 5: 9-91.